

A PSICOLOGIA EM PROJETOS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Karen Eidelwein

Centro Universitário Franciscano

RESUMO: Este artigo traz uma reflexão sobre o trabalho da psicologia em projetos sociais de educação e trabalho, na direção da promoção de saúde mental. Propõe pensar, a partir de uma experiência prática de trabalho em um projeto de educação/qualificação profissional, qual o papel do psicólogo neste espaço, atravessado por questões de duas grandes instituições sociais, e como tais, duas tecnologias sociais da inteligência, a educação e o trabalho. Aborda, também, a importância de formar o estudante de graduação para o trabalho interdisciplinar, considerando esse novo campo de atuação e inserção profissional do próprio psicólogo no mercado de trabalho atual.

PALAVRAS-CHAVE: projetos sociais; educação e trabalho; saúde mental; interdisciplinariedade.

PSYCHOLOGY IN SOCIAL EDUCATION AND WORK PROJECTS

ABSTRACT: This article reflects upon the work of psychology in social education and work projects, towards the promotion of mental health. It proposes to consider, from practical work experience in an educational/professional qualification project, what is the role of the psychologist in this space, transversed by issues from two big social institutions, and as such, two social technologies of intelligence: education and work. It addresses, also, the importance of preparing undergraduate students for interdisciplinary work, considering this new field of access and performance for psychologists in the current labor market.

KEY WORDS: social projects; education and work; mental health; interdisciplinary.

Para além da escola formal

As mudanças nas relações de trabalho/emprego, a partir do enfraquecimento do vínculo trabalhista garantido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), decorrente de uma série de transformações econômicas, políticas e tecnológicas, têm aberto espaços para experiências de aprendizagem que vão além do espaço formal da escola tradicional, voltados para trabalhadores jovens e adultos, com baixa escolaridade e baixa renda, que estão à procura de um primeiro emprego ou buscam se recolocar no mercado de trabalho. Trata-se de projetos de qualificação/educação profissional¹ que visam a oferecer subsídios e desenvolver habilidades e competências que aumentem a empregabilidade² do trabalhador diante de um mercado cada vez mais competitivo que vem exigindo habilidades e conhecimentos até então dispensáveis: ensino superior ou no mínimo ensino fundamental e/ou médio completos; língua estrangeira; informática; capacidade para trabalhar em equipe e resolver problemas, criatividade, iniciativa, liderança, etc.

Neste ponto já surge uma questão: a impossibilidade dos trabalhadores com baixa escolaridade e renda de terem completado seus estudos dentro do tempo imaginado e previsto socialmente. Problema de quem? Do sujeito que não conseguiu permanecer na escola em função de suas dificuldades de aprendizagem? Da realidade social que fez com que tivesse que sair para trabalhar, sendo praticamente impossível conciliar estudo e trabalho? Da escola que não foi suficientemente competente e boa para acolher esse trabalhador, assim como não consegue ser

interessante para um grande número de alunos uma vez que se encontra distante de suas realidades e fundamentada em padrões e valores de classes sociais com melhores condições econômicas?

O interessante é que se olharmos para o surgimento da escola, principalmente a "escola de massas", a qual ainda hoje muitas de nossas crianças e adolescentes são submetidas, voltada para um grande número de alunos e operando no sentido de eliminar as diferenças e padronizar comportamentos e desempenhos, sempre houve diferenciação entre o tipo de educação a ser ministrada para os nobres, por exemplo, e aquela que deveria ser ministrada para o proletariado. Entretanto, tanto para uns como para outros, historicamente a escola vem cumprindo o papel de preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho, guardadas as devidas distinções sociais. Enguita (1989) é muito feliz em mostrar o quanto a organização do trabalho nas fábricas e nas escolas do século XIX e XX se aproximaram, onde a ênfase das últimas se dava muito mais sobre o comportamento dos sujeitos do que sobre a produção de conhecimento.

Partindo da definição de instituição proposta por Barenblitt (1992):

As instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamento. (p.27)

Observa-se que a instituição Educação e a Escola (também uma instituição, ou organização, ou estabelecimento, dependendo do ponto de vista que se adote, onde as leis se atualizam) têm desempenhado a função de manutenção e reprodução do *status quo*, mas também comportam espaços de relações potencializadoras de questionamentos e mudanças. Conforme Lévy (1993),

¹ Dentro dos Programas Estaduais de Qualificação Profissional (PEQs), tais como: RS-Emprego (1994-1998) e Qualificar RS (1999-2002).

² Neste trabalho não tenho o objetivo de analisar a questão polêmica que desemboca na culpabilização do trabalhador pelo seu desemprego e baixa qualificação. Uma reflexão crítica sobre essa questão pode ser encontrada em Eidelwein (2001).

as instituições sociais podem ser consideradas tecnologias da inteligência uma vez que ao exteriorizarem, reificarem e modificarem funções cognitivas humanas (classificar, arrumar, ordenar, construir configurações estáveis e periodicidades), contribuem para organizar, reorganizar, estabelecer sentidos e modificar o próprio viver humano.

Então, temos a Educação e, junto com ela, o Trabalho como duas grandes instituições sociais, duas tecnologias sociais da inteligência, que historicamente, a partir dos processos de ensino-aprendizagem e da organização do processo e das relações de trabalho, vêm operando na direção da construção e (des)formatação subjetiva dos sujeitos singulares e coletivos dentro de espaços de lutas e contradições sociais. No campo da Educação, tal situação torna-se evidente diante das diferentes teorias pedagógicas (Ghiraldelli, 1994) que, a partir de posições epistemológicas distintas, propõem formas de transmissão/construção de conhecimentos, relação entre professor/educador e aluno/educando, organização/delimitação dos espaços de ensino/aprendizagem, dentre outros aspectos. Diante disso, crianças e adolescentes vão tecendo-se e sendo tecidos em uma rede de produção de subjetividade (Baremlitt, 1992) com o sentido de prepará-los para a vida, para a cidadania, para o trabalho.

Assim como na Educação, no campo do Trabalho também experimentam-se processos de produção subjetiva na medida em que diferentes teorias administrativas (Taylorismo/Fordismo; Toyotismo) propõem distintos modelos de organização do processo produtivo e das relações de trabalho. Nas últimas décadas, o trabalhador passou de empregado a funcionário e deste a colaborador, denotando diferentes expectativas em relação ao seu comportamento e desempenho dentro do local de trabalho. Os modos de organização do trabalho, para além de uma administração de cunho logístico, (re) organizam as capacidades física, intelectual e emocional dos sujeitos. Junto a isso, o fato de estar inserido dentro do mercado de trabalho, principalmente através de uma relação de emprego (a forma instituída de trabalho na sociedade industrial) faz com que o trabalhador possa participar de outras redes de interação, como a do consumo, por exemplo, que também fazem parte do processo de subjetivação.

Considerando, então, o exposto até aqui e com o propósito de pensar a atuação do profissional de psicologia dentro de projetos sociais de educação e trabalho, surge a necessidade de partir do já instituído, isto é, daquilo que se aprende durante a graduação em termos de psicologia “escolar”³, do trabalho/

organizacional, clínica, institucional, social/comunitária, dentre outras subdivisões do conhecimento psicológico. Embora o ensino da psicologia, muitas vezes pareça e realmente seja compartimentalizado entre as áreas mencionadas, dependendo do campo empírico de trabalho faz-se necessário superar as linhas divisórias entre as especificidades na direção da construção de novas estratégias de atuação profissional. Neste ponto, cabe questionar qual o papel do psicólogo em projetos sociais de educação e trabalho?

A experiência em um projeto de qualificação/educação profissional

As presentes reflexões partem da experiência de trabalho em um projeto social que tinha como objetivo promover a qualificação e educação profissional de trabalhadores desempregados ou na iminência da perda do emprego, com baixa escolaridade, preferencialmente do ramo da alimentação, visando a (re) inserção dos mesmos no mercado de trabalho através de um outro emprego ou de atividades alternativas de geração de trabalho e renda. O projeto estava inserido dentro do Programa Estadual de Qualificação RS-Emprego, sendo desenvolvido de outubro de 1997 a novembro de 1998, em 11 cidades do Estado do Rio Grande do Sul (RS), através da Federação dos Trabalhadores da Alimentação, com o apoio dos respectivos sindicatos em cada um dos municípios, e recursos advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O projeto possuía uma coordenação geral que tinha a responsabilidade de acompanhar e orientar as atividades que eram desenvolvidas nas 11 cidades do RS. Para isso, tal coordenação contava com uma equipe administrativa estadual, responsável pela parte logística: pagamento dos educadores, fornecimento de vale-transporte e alimentação para alunos e educadores, pagamento do pessoal técnico e de assessorias, fornecimento de material escolar para alunos, dentre outras atividades administrativas; e uma equipe pedagógica estadual cuja a responsabilidade envolvia a seleção de educadores, elaboração de material didático-pedagógico, acompanhamento e orientação do trabalho nos espaços de ensino-aprendizagem, organização e coordenação de seminários de formação para todos os professores participantes do projeto e membros dos sindicatos e da federação e elaboração de projetos e das diretrizes pedagógicas para a escola de ensino supletivo que foi constituída, uma vez que o projeto visava aliar à qualificação profissional a certificação do ensino fundamental. Cabe destacar que em cada uma das 11 cidades, sindicalistas locais responsabilizavam-se pela parte administrativa mantendo constante comunicação com Porto Alegre, onde se situavam as coordenações estaduais, assim como os educadores locais eram os responsáveis pela parte pedagógica. Apesar dessa divisão em equipes, buscava-se a realização de um trabalho integrado entre coordenação geral, sindicalistas, educadores, técnicos da equipe pedagógica estadual e alunos, visando alcançar os objetivos do projeto da melhor forma possível.

³ Parece cada vez mais adequado que se substitua a expressão Psicologia Escolar por Psicologia e Educação uma vez que, junto com a escola formal, outros espaços de ensino-aprendizagem vêm sendo constituídos para dar conta da necessidade de alfabetização, qualificação profissional, produção de conhecimentos. Além disso, em que pese as particularidades das escolas, hospitais, empresas, etc., penso que a Psicologia deve orientar seu saber para campos do conhecimento - Educação, Saúde, Trabalho, Social - ao invés de ir cada vez mais qualificando sua prática a partir do local onde acontece. Esta questão pode ser representativa da discussão entre uma formação generalista x especialista.

As atividades voltadas aos trabalhadores desempregados envolviam: aulas regulares de disciplinas do ensino fundamental que ocorriam, na maioria das vezes, nas dependências dos próprios sindicatos que participavam do projeto ou, quando isso não era possível em função do restrito espaço físico, em salas de aula de escolas da rede pública estadual ou municipal. Atividades de apoio pedagógico; oficinas de desenvolvimento sustentável (abertas a toda a comunidade das cidades); oficinas de gestão e gerenciamento de empreendimentos e informática, também fizeram parte das atividades.

Dentro deste contexto, a psicologia inseria-se na equipe pedagógica estadual, que era composta por cinco pessoas, sendo que destas, duas eram psicólogas e outra, estudante do curso de graduação em psicologia⁴, tendo sob sua responsabilidade as atividades mencionadas nos parágrafos anteriores. A partir de discussões com as lideranças sindicais do segmento da alimentação e das experiências de trabalho e estudo dos técnicos que compunham a equipe, havia a preocupação de que o projeto não reproduzisse modelos educacionais excludentes aos quais os trabalhadores já haviam se submetido em algum momento de suas vidas. Para isso, as atividades educativas deveriam abarcar as necessidades do público para o qual se voltavam, o que exigia uma grande habilidade e sensibilidade dos educadores em tornarem os espaços de ensino-aprendizagem, os quais não se restringiam à sala de aula fechada, significativo para os jovens e adultos. O desenvolvimento de um pensamento crítico sobre as realidades sociais, econômicas e políticas, internacionais, nacionais e regionais, principalmente em relação às mudanças no campo do trabalho/emprego, era fundamental para poder se pensar em alternativas diante do desemprego.

Após o distanciamento da experiência de trabalho no projeto, é possível perceber que a atividade da equipe pedagógica e com ela da psicologia era atravessada por questões educacionais – qual a melhor forma de promover o ensino-aprendizagem de jovens e adultos desempregados? Como capacitar os educadores para trabalharem dentro de uma perspectiva pedagógica de uma educação por projetos de trabalho?⁵ Até que ponto é possível solucionar as dúvidas dos educadores diante do processo de ensino-aprendizagem? – e questões relativas ao campo do trabalho – como sensibilizar os alunos para outras formas de trabalho que não necessariamente o emprego? De que forma a informática pode ser uma aliada na construção de projetos alternativos de geração de trabalho e renda? Quais as necessidades dos educadores, enquanto trabalhadores do projeto? Como a experiência do desemprego ou do não trabalho

vai subjetivando os sujeitos que se encontram nessa condição? O quanto o desemprego afeta profissionais das mais variadas faixas etárias e níveis de escolaridade, dentre eles, o próprio psicólogo e os projetos sociais podem promover possibilidades de inclusão no mercado de trabalho não só para o público ao qual se destinam, mas também para os profissionais que contratam.

A experiência de trabalho no projeto era algo novo para todos da equipe pedagógica, principalmente para os psicólogos que, embora possuíssem afinidades e interesses de estudo dentro do campo da educação, até então não haviam tido experiência de trabalho dentro de projetos sociais desta ordem. A responsabilidade em ter que encaminhar e acompanhar questões diretamente voltadas ao processo de ensino-aprendizagem fazia com que perguntas sobre qual a especificidade do trabalho do psicólogo num espaço que, a partir de um olhar geral, poderia ser ocupado exclusivamente por profissionais do campo da educação?

Considerando que a maioria dos componentes da equipe pedagógica eram psicólogos, as dúvidas e ansiedades da equipe diante de seu trabalho no projeto eram permeadas pelas dúvidas e ansiedades do fazer psicológico diante de um contexto diferenciado de intervenção onde a troca com profissionais de outras áreas do conhecimento era uma condição fundamental para o alcance dos objetivos. Desta forma, os seminários de formação, que aconteciam mensalmente, foram momentos onde diferentes profissionais compartilhavam suas experiências com educadores, equipe pedagógica, administrativa e sindicalistas. Junto a isso, sempre que necessário, recorria-se à assessoria de profissionais do campo da educação, administração e da própria psicologia. Diante disso, pode-se dizer que as dúvidas e ansiedades da equipe em relação a sua capacidade de dar conta de questões pedagógicas eram sanadas pelas parcerias que se estabeleciam.

As atividades desenvolvidas pela equipe pedagógica contavam com a participação dos psicólogos e de outros profissionais. Não havia atividades exclusivas da psicologia, mas os conhecimentos e experiências dos profissionais psi agregavam-se, principalmente, aos conhecimentos e experiências de educadores e sindicalistas, uma vez que era o público com que possuíam contato mais freqüente. Talvez, mais do que se preocupar em especificar tarefas exclusivas da psicologia, a importância do psicólogo no contexto de projetos sociais de educação e trabalho se justifique por sua habilidade em reconhecer as necessidades das pessoas dentro do contexto no qual se encontram inseridas, sem ater-se a fórmulas e idéias pré-concebidas, manuais de comportamento, técnicas isoladas da realidade onde atua, avaliando suas reais potencialidades e limites pessoais e profissionais em poder atender às demandas construídas. Para isso, a capacidade ou competência em exercer uma escuta clínica do dito e do não dito; de realizar observações minuciosas junto a uma atenção flutuante, que lhe permita levantar hipóteses sobre os acontecimentos, buscando confirmá-las ou não, a partir de interações problematizadas pelos referenciais teóricos, por um posicionamento

⁴ Os demais integrantes da equipe (houve mudanças ao longo do Projeto) eram profissionais com formação superior nas áreas de Educação Física, História e Matemática, mas que trabalhavam já há algum tempo na área da Educação, possuindo especializações neste campo, além de experiências vinculadas ao universo sindical.

⁵ A idéia de desenvolver uma educação por projetos de trabalho foi inspirada na experiência relatada por Hernández e Ventura (1998) e objetivava que os conteúdos necessários para a conclusão do ensino fundamental fossem desenvolvidos a partir dos projetos de geração de trabalho e renda criados pelos alunos.

reflexivo e crítico diante da realidade social na qual os sujeitos envolvidos se encontram, inclusive o próprio psicólogo, dentro de uma perspectiva de um pensamento complexo (Morin, 1991), apresentam-se como recursos técnicos que oferecem subsídios para a prática profissional, ao mesmo tempo em que por ela são transformados.

O trabalho da psicologia não envolvia a escuta clínica individual (de alunos e educadores) com o objetivo de identificar sintomas a serem sanados, mas voltava-se para a escuta de coletivos (mais diretamente dos educadores)⁶, na perspectiva de contribuir para a auto-análise e auto-organização⁷ dos mesmos em relação as suas atividades de trabalho. Uma vez que um dos objetivos do projeto era instrumentalizar os alunos para a criação de alternativas de geração de trabalho e renda, tornava-se necessário trabalhar com os educadores buscando auxiliá-los no reconhecimento de suas necessidades, potencialidades e limites para a realização de seu trabalho, assim como os recursos existentes para superar as dificuldades, na direção de novas estratégias de ensino-aprendizagem. Acreditava-se que para a formação de alunos críticos, criativos, autônomos e solidários, necessitava-se investir na formação e acompanhamento do trabalho dos educadores.

O trabalho da psicologia no projeto possibilitou, tanto para os próprios profissionais, como para os demais participantes, que se ultrapassasse a visão de uma função curativa e psicoprofilática (Bleger, 1989), ou seja, da cura e prevenção de doenças, para uma função educativa na direção da promoção de saúde. Para além de indagar sobre as dificuldades particulares dos alunos diante dos processos de aprendizagem, questionava-se como o projeto poderia proporcionar formas de aprendizagens capazes de potencializar a emergência de coletivos inteligentes⁸ (Lévy, 1998) com habilidades para ressignificar seus processos de aprendizagem e o próprio campo do trabalho, ou melhor, do (des)emprego. Pode-se dizer que a psicologia caminhou na direção da promoção de saúde mental⁹ ao potencializar espaços de escuta e

expressão de idéias, desejos, dificuldades; desenvolver uma leitura crítica diante das determinações sociais e culturais; reconhecer habilidades, saberes e competências, ou seja, instaurar ações que contribuíssem para o auto-conhecimento, o estabelecimento de vínculos afetivos e solidários, o trabalho cooperativo, etc.

Sobre a formação para atuar em projetos sociais de educação e trabalho

As mudanças significativas no pensamento psicológico a partir dos últimos 30 anos, decorrente de mudanças sociais e com elas dos trabalhos em psicologia social-comunitária, vêm ampliando o espaço de trabalho do psicólogo para além da clínica individual, principalmente no que diz respeito à atenção à população que sofre pela falta de recursos econômicos e de tantos outros recursos. No entanto, a formação do profissional para atuar nestes espaços fica aquém da velocidade com que um grande número de demandas psicossociais vão sendo geradas. É imprescindível reconhecer o campo social como atravessado por uma série de acontecimentos e situações para as quais a psicologia não tem condições de dar conta, necessitando aproximar-se de outras áreas do saber para realizar análises mais complexas da realidade na qual encontra-se inserida.

A promoção da saúde concretiza-se na atuação psicológica, através da socialização do saber produzido pela Psicologia, dentro de paradigmas teóricos que apontem para o homem concreto e, ao mesmo tempo, pelo aprender do psicólogo a ter uma atuação interdisciplinar junto a outros interlocutores do fenômeno humano. (Contini, 2001, p.13)

A proposição de atividades multi e interdisciplinares, criando condições para que o graduando aprenda a trabalhar em equipes constituídas por diferentes profissionais torna-se de extrema importância. Os trabalhos em conjunto, desenvolvidos pelos próprios docentes da graduação, podem ser considerados o pontapé inicial para que os discentes percebam que a Psicologia não é compartimentalizada, que existem relações entre o que aprendem nas diferentes disciplinas dos cursos de graduação e que é necessário recorrer a outras áreas do saber para propor e realizar trabalhos que venham ao encontro das necessidades de um coletivo social. Isso se evidencia quando existem currículos, por exemplo, que não apresentam disciplinas voltadas especificamente para o campo da psicologia escolar, sendo o conhecimento trabalhado através de outras perspectivas, isto é, quando se pensa a questão da aprendizagem, das instituições, etc., dentro de uma proposta de pensar o fazer psicológico não mais vinculado a locais de atuação, mas a partir de campos de saber, tais como: educação, trabalho, saúde.

A educação pode ser pensada e trabalhada nos mais variados espaços sociais, desde escolas, hospitais, comunidades, empresas, até projetos sociais como o aqui apresentado. É interessante desvincular-se da perspectiva do local de atuação pois não se trata de aplicar um conhecimento psicológico em locais distintos, mas de construir outros conhecimentos psicológicos que emergem justamente da prática profissional em vários

⁶ Quanto aos alunos, buscava-se instrumentalizar os educadores para lidarem com as situações que iam aparecendo. Quando da necessidade de uma atenção mais particularizada a algum aluno, propunha-se encaminhá-lo a uma Unidade de Saúde próxima de sua moradia.

⁷ Conforme as idéias de Baremlitt (1992, pp.17-18) Auto-análise: "as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, de suas necessidades, de suas demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida", e Auto-organização: processo em que "a comunidade se articula, institucionaliza, se organiza para construir os dispositivos necessários para produzir ela mesma, ou para conseguir, os recursos de que precisa para o melhoramento de sua vida sob a terra."

⁸ Entenda-se por coletivos inteligentes, grupos de pessoas que trabalham em torno de questões comuns a partir de algumas características (cf. Lévy, 1998 E Eidelwein, 2001): escuta, expressão, decisão, avaliação, organização, conexão e visão.

⁹ O reconhecimento do trabalho da psicologia na direção da promoção de saúde mental vem ao encontro do conceito ampliado de saúde, a partir da VIII Conferência Nacional de Saúde onde: Saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde.

campos... o campo de atuação como território para novos saberes.

Referências

- Baremlitt, G. (1992). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Bleger, J. (1989). *Psico-Higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: ArtMed.
- Contini, M. L. (2001). *O psicólogo e a promoção de saúde na educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Eidelwein, K. (2001). *Ciberidêias: construindo modos de conhecer trabalhar*. Dissertação Mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Enguita, M. (1989). *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: ArtMed.
- Ghiradelli, P. (1994). *História da educação*. São Paulo: Cortez.
- Hernández, F. & Ventura, M. (1998). *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: ArtMed.
- Lévy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Ed. 34.
- Lévy, P. (1998). *A inteligência coletiva - por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola.
- Morin, E. (1991). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Karen Eidelwein é Mestre em Psicologia Social e Institucional / UFRGS. Docente do Curso de Psicologia da UNIFRA/Santa Maria – RS. Endereço: Centro Universitário Franciscano, Rua Silva Jardim, 1175, 97010-491, Santa Maria, RS . E-mail: karen@unifra.br; karen@openbit.com.br

(Informações complementares: trabalho elaborado a partir da participação na Mesa Redonda: "Conflitos e limitações no ensino da psicologia na universidade", apresentada no IV Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional - Educar, Mudar e Desenvolver: perspectivas da Psicologia Escolar e Educacional, de 11 a 14 de abril de 2003, Salvador/BA).

Karen Eidelwein

A psicologia em projetos sociais de educação e trabalho.

Recebido: 07/04/2004

1ª revisão: 17/02/2005

Aceite final: 09/09/2005